



Empresa de Pesquisa Energética

Audiência Pública
Comissão de Minas e Energia
Câmara dos Deputados

Impacto tarifário dos encargos e subsídios do setor elétrico

Thiago Barral
Presidente | EPE

13 de julho de 2021

MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL



Sobre a EPE



**Empresa pública federal vinculada
ao Ministério de Minas e Energia**



**Desenvolvemos estudos e estatísticas
energéticas para subsidiar a
formulação, implementação e avaliação
da política energética nacional**



www.epe.gov.br

**Integrante do Conselho Nacional
de Política Energética (CNPE)**

Alguns destaques do nosso desempenho em 2020...



»»»  **PNE 2050
aprovado**
definindo a estratégia de longo
prazo do setor para o país

mais de **50** 
**publicações
técnicas** produzidas
»»»

PDE 2030 
concluído, com
previsão de
R\$ 2,7 trilhões
em investimentos no país
para os próximos 10 anos
»»»

participação em
diversos **comitês** 
do setor (RenovaBio,
REATE, CIM, CNMG e outros),
colaborando com diversos
estudos técnicos
»»»

1.686 projetos cadastrados nos
leilões de energia
totalizando mais de
130 GW de oferta,
com destaque para fotovoltaica
e eólica



 **10 mil km**
de novas **linhas de
transmissão**
e 23 novas subestações
estudadas, perfazendo
R\$ 20 bilhões
em investimentos
»»»

mais de **4 mil km**
de **gasodutos**
estudados no
PIG


novo **acordo** de cooperação
firmado para apoio à
**transição
energética** 
no Brasil
»»»

▶ Conta de Desenvolvimento Energético – CDE: criada pela Lei nº 10.438/2002

Inicialmente, foi prevista para durar **25 anos**

Finalidade

- Desenvolvimento energético dos estados
- Promover a competitividade das eólicas, PCHs, Biomassa, Gás Natural, Carvão Mineral Nacional
- Universalização de serviço de energia elétrica

Despesas

- Geração térmica a carvão mineral
- Transporte GN integrado à Rede Básica
- Subvenções às eólicas, térmicas GN, biomassa e PCHs

Receitas

- Pagamentos UBP
- Multas ANEEL
- Cotas anuais usuários finais (via comercializadores)

▶ Principais alterações posteriores

Lei nº 10.762 de 2003 – Baixa Renda

- Modicidade subgrupo residencial de baixa renda

MP 579/2012 e Lei 12.783/2013 - Aportes e Reformulação da CDE

- Incorporação da CCC à CDE
- Novos objetivos similares à RGR - Indenização ativos não amortizados e não depreciados final de concessões

Lei nº 12.839/2013 – Transferência de diversos subsídios à CDE

- Desconto rural; irrigante; aquicultor; serviço água, esgoto e saneamento; fontes incentivadas- TUST/TUSD; cooperativas eletrificação rural e distribuidoras pequeno porte

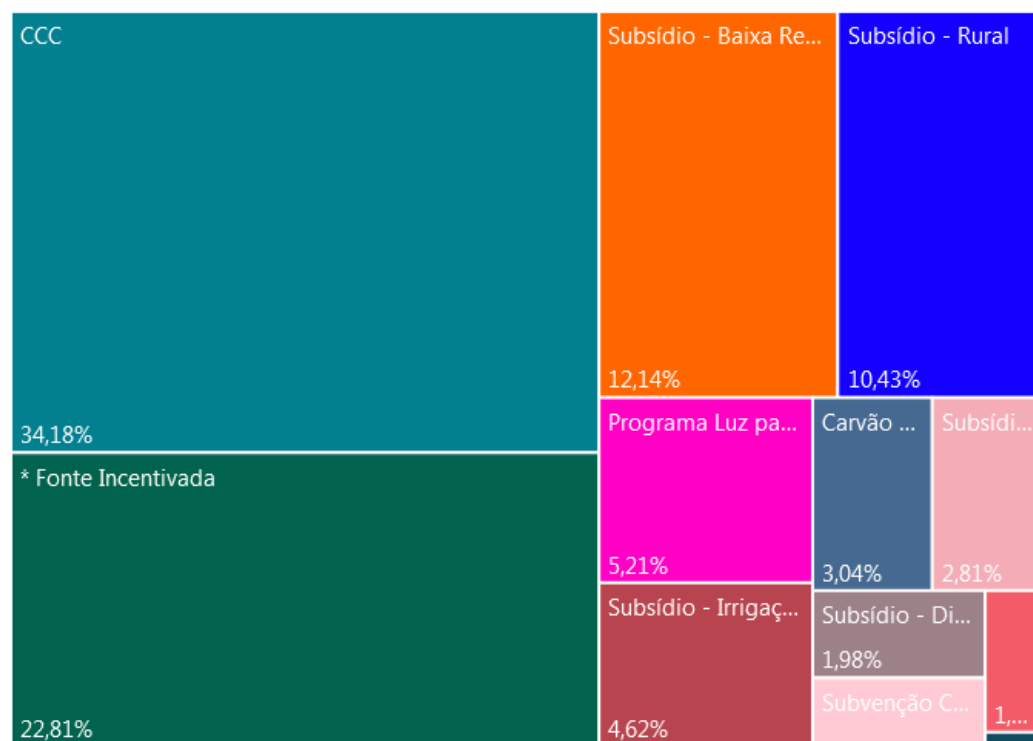
Lei nº 13.360/2016

- Exclusão RGR
- Compensação TUSD áreas com reduzida densidade de carga (anteriormente, já era custeado pela TUST).

Lei nº 14.120/2021 – Previsão de fim do desconto para fontes incentivadas e valoração de benefício ambientais

- Janela para deixar de aplicar descontos redução não inferiores a 50% (cinquenta por cento) a ser aplicado às tarifas de uso dos sistemas elétricos de transmissão e de distribuição

▶ Despesas da CDE em 2020: R\$ 22 Bilhões de Reais



CCC	34,18%
* Fonte Incentivada	22,81%
Subsídio - Baixa Renda	12,14%
Subsídio - Rural	10,43%
Programa Luz para Todos	5,21%
Subsídio - Irrigação e Aquicultura	4,62%
Carvão Mineral	3,04%
Subsídio - Água-esgoto-saneamento	2,81%
Subsídio - Distribuidora	1,98%
Subvenção Cooperativa	1,58%
Restos a pagar	1,08%
CAFT CCEE	0,11%

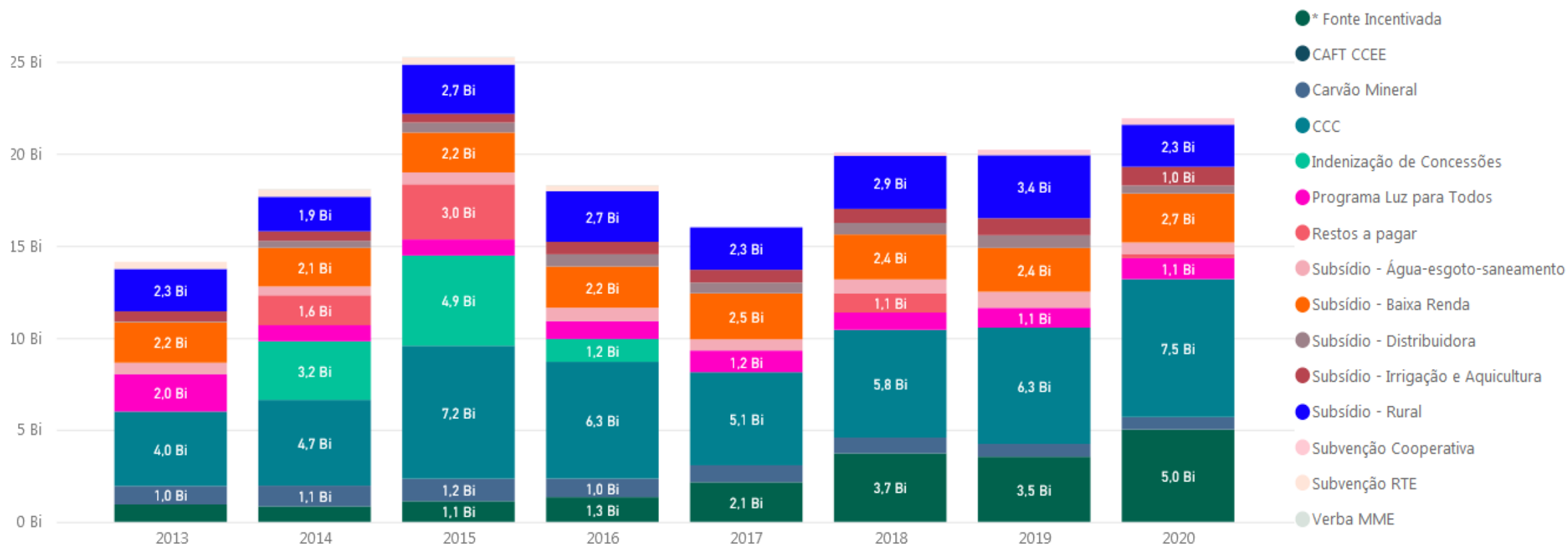
Composição da CDE



MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



▶ Despesas da CDE: **evolução anual**



Fonte: ANEEL

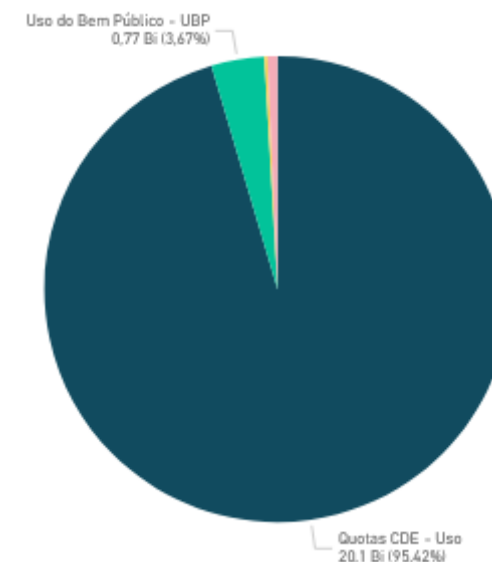
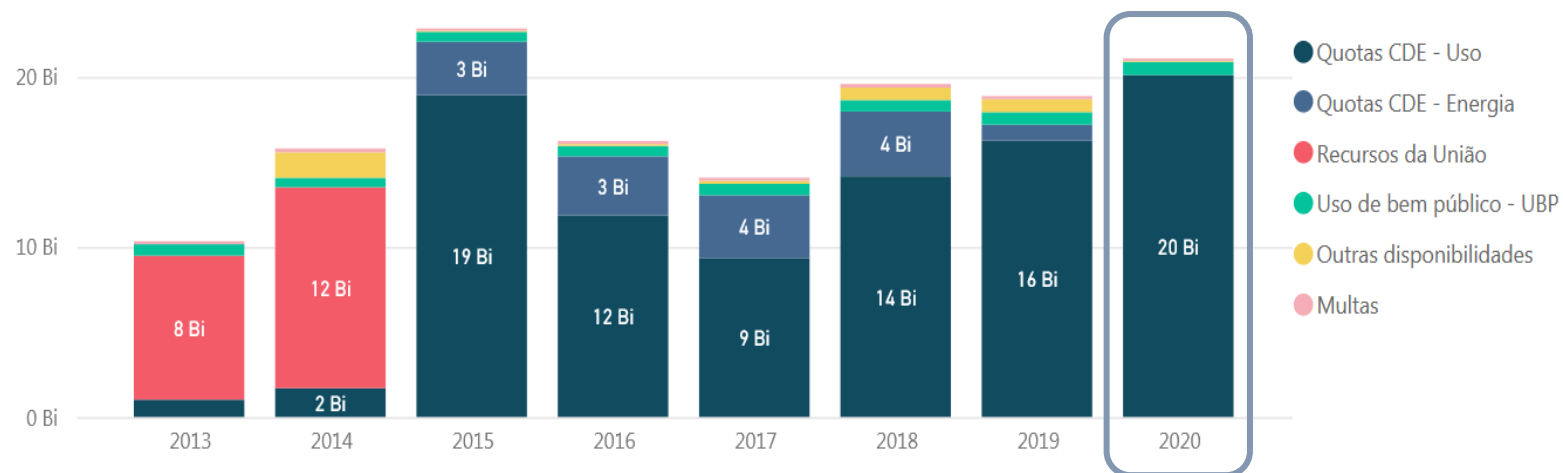
Composição da CDE



MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



Fontes de Receitas



Ano	Quotas CDE - Uso	Quotas CDE - Energia	Recursos da União	Uso de bem público - UBP	Outras disponibilidades	Multas
2015	18.920.116.268,73	3.136.932.806,29	0,00	584.725.656,93	68.513.000,00	126.628.885,00
2016	11.852.834.420,60	3.471.738.527,24	0,00	612.250.491,48	108.255.000,00	179.791.447,56
2017	9.347.933.637,68	3.689.977.134,89	0,00	667.801.918,29	183.792.481,19	175.529.617,94
2018	14.159.819.668,63	3.796.000.000,00	0,00	671.650.825,93	734.000.000,00	213.576.279,00
2019	16.237.699.023,33	949.158.432,45	0,00	732.939.999,96	760.199.988,61	181.179.999,96
2020	20.104.566.739,20			774.002.524,00	47.873.900,51	142.679.461,00

▶ Grupo de Trabalho criado pela Portaria MME nº 484, de 4 de outubro de 2016

● Plano de redução estrutural das Despesas da CDE

Participantes

- MME
- EPE
- ANEEL

Consulta Pública MME nº 45/2016

- Abril/2018 – Relatório Preliminar
- Setembro/2018 – Relatório Final

▶ Grupo de Trabalho criado pela Portaria MME nº 484, de 4 de outubro de 2016

● **Diagnóstico**

...Ao analisar os subsídios custeados pela CDE, foram diagnosticados, dois tipos de problemas:

- ausência de qualquer limitação aos gastos dos subsídios seja em termos de valor ou de prazo, o que impede a previsibilidade de sua evolução; e
- relacionado ao problema anterior, o desenho dos subsídios da CDE é deficiente nas seguintes dimensões:

- **falta de contrapartida,**
- **ausência de foco,**
- **ausência de critério de saída,**
- **ausência de limite de prazo,**
- **ausência de limitação do montante a ser subsidiado e**
- **ausência de limitação à cumulatividade dos subsídios**

▶ Propostas do Grupo de Trabalho para redução estrutural

Dois destaques

Fontes incentivadas:

- Alteração legislativa para extinção do subsídio para novas outorgas e não renovar para outorgas vencidas

CCC:

- Eliminar ICMS sobre geração
- Ampliar possibilidades de projetos que reduzam custos da CCC (exemplo.: sistemas híbridos, subrogação para investimentos, etc.)



Lei nº 14.120/2021
(12 meses + 48 meses)



Leilões dos Sistemas Isolados
Interligação de localidades
quando os custos justificam

Outros pontos de atenção (além da CDE)



MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



Custos da confiabilidade energética

- Pagamento pelas termelétricas que complementam a geração das fontes mais baratas e renováveis
- Historicamente recaindo sobre os consumidores cativos (disponibilidade da usina e combustível)
- Consumidores livres e cativos contribuindo na parcela de encargos de serviço do sistema (ESS)
- **Consumidor Regulado x Livre**

Quem gerencia o risco hidrológico

- Parte das usinas (chamadas usinas cotistas) aloca a variação de custos em razão do risco hidrológico (secas/cheias) ao consumidor cativo.
- Nas usinas não cotistas, o risco é gerenciado pelos geradores, precificando esse risco e transmitindo ao preço de negociação da energia
- **Consumidor x Gerador**

Micro e Mini Geração Distribuída

- Discussão sobre o pagamento pelo uso do sistema de transmissão e do sistema de distribuição e os encargos setoriais
- Os custos de rede são fixos e garantem o suprimento a todos que estão conectados
- Quando a base de pagantes se reduz, os que pagam precisam pagar mais
- **Consumidor x Prossumidor**

Obrigado



Empresa de Pesquisa Energética

MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL